



A CRISE DA DEMOCRACIA DIANTE DO NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

Luana Renostro Heinen¹

A democracia está em crise?

Não são poucos os autores a fazerem esse diagnóstico. Quando nos confrontamos com eles podemos nos perguntar o que faz um jurista diante do possível fim da democracia? Qual é a articulação entre direito e política que pode contribuir para o fortalecimento da democracia? Quais os valores e instituições são fundamentais para assegurar a estabilidade democrática?

Eu me fiz essas perguntas quando convidada para participar dessa mesa e resolvi analisar esses problemas a luz de outros fenômenos mais amplos: o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

Início a minha fala explicando o que é o neoliberalismo e apresentando como foi implementado por Margareth Thatcher na Inglaterra. Essa digressão tem como objetivo demonstrar que a crise das democracias liberais cuja face mais evidente é a eleição de líderes autoritários nos Estados Unidos (Donald Trump) e no Brasil (com Jair Bolsonaro – na Inglaterra com o populista Boris Johnson) – é que essa crise tem raízes mais profundas no neoliberalismo e seu impacto sobre o Estado, a subjetividade e a economia.

Depois explico como a crise democrática forjada pelo neoliberalismo possibilita a emergência do neoconservadorismo que atinge as liberdades individuais e pode corroer ainda mais as democracias. Diante do entrelaçamento de neoliberalismo e neoconservadorismo eu lanço algumas reflexões sobre o papel contramajoritário das Cortes Constitucionais: cabe a essas cortes limitarem o avanço do neoconservadorismo sobre os direitos individuais de modo a preservar uma das bases da democracia liberal – a liberdade e a igualdade?

O neoliberalismo pode ser tido como modelo político e econômico de nosso tempo.

O surgimento do neoliberalismo enquanto projeto intelectual pode ser apontado como o ano de 1938, quando ocorreu o Colóquio Walter Lippmann em Paris e sua sucessão que foi a criação da Sociedade de Mont-Pèlerin com a missão de disseminar o pensamento anti-coletivista na sociedade.

¹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do SOCIODIR - Núcleo de Estudos em Sociologia e Direito e do LITERAR - grupo de estudos de Direito e Literatura. Membro do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH/UFSC).

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



No entanto, para tratar da democracia nos interessa mais o momento em que o neoliberalismo se implementa como projeto político e econômico.

No pós-Guerra, a partir de 1945, nos países da Europa o receituário básico que definiu a política econômica adotada foi a teoria de John Maynard Keynes que advogava a intervenção estatal na economia para assegurar o pleno emprego e o crescimento econômico. Juntamente a essa política econômica implementaram-se medidas para assegurar a cidadania e inclusão que caracterizam o Estado de bem-estar social: padrões de salários, acesso a sistemas públicos de saúde, educação e previdência social universais.

Esse modelo gerou altas taxas de crescimento nos países capitalistas, mas começou a apresentar sinais de esgotamento a partir de 1970. Houve aumento do desemprego, da inflação (gerando estagflação), crises fiscais nos Estados (pela redução de arrecadação e expansão dos gastos sociais). Em 1973 ocorreu a crise do Petróleo com o embargo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), composta predominantemente de países árabes, que se recusou a vender petróleo para os países que apoiavam Israel, como os Estados Unidos. O preço do barril quadruplicou (cf. Harvey, 2012).

Houve uma série de experimentos que tentaram responder a essa crise com o aumento de regulação estatal da economia, por exemplo. Mas foi a eleição de Margaret Thatcher que levou à implementação do neoliberalismo na Europa.

As políticas fiscais e sociais adotadas por Thatcher acabaram com o Estado de bem-estar social inglês e seu objetivo era atacar toda a forma de solidariedade que pudesse prejudicar a implementação de medidas econômicas de flexibilização: enfrentou os sindicatos (“engajou-se num confronto direto com o sindicato Nacional dos Mineiros [...] a quem ela declarou ser inimigo interno” – Mouffe, 2020, p. 56), privatizou empresas públicas (inclusive de moradia popular), reduziu impostos.

O impacto dessas medidas foi significativo: houve a restauração dos ganhos das elites econômicas, que haviam sido atingidos pelas políticas social-democratas (que estabeleciam limites maiores para a exploração do trabalho): “O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou a sua parcela da renda nacional a partir de 1982, de 6,5 a 13%” (Harvey, 2012, p. 26).

Thatcher conseguiu o apoio de muitos setores para o seu projeto neoliberal, pois eles foram atraídos por sua celebração da liberdade individual e por sua promessa de libertá-los do poder opressivo do Estado. Tal discurso ressoou até entre os beneficiários da intervenção estatal, por se ressentirem da forma burocrática com que esses benefícios lhes eram frequentemente distribuídos. Ao opor os interesses de algumas categorias de trabalhadores aos das feministas e aos imigrantes, apresentados como responsáveis por roubar empregos, ela conseguiu conquistar, para o seu lado, importantes setores da classe trabalhadora. (Mouffe, 2020, p. 58)

O lema de Thatcher era: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” e – acrescentou “suas famílias”.

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



Utilizando-se da economia como “método” ela pretendia mudar a alma das pessoas: dissolver todas as formas de solidariedade social “em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (Harvey, 2012, p. 32).

E foi bem sucedida, tanto que ela acabou forjando um novo senso comum na política, quando o partido trabalhista voltou ao poder tinha aderido às figuras centrais do thatcherismo: o cidadão foi substituído pelo contribuinte (que trabalha duro para financiar o Estado) e o consumidor (aquele que é livre para escolher entre as diferentes opções disponíveis no mercado. (Mouffe, 2020, p. 60)

“Não surpreende que, quando perguntada nos últimos anos sobre qual tinha sido a sua grande conquista, Margareth Thatcher respondeu: ‘Tony Blair e o Novo Trabalhismo. Nós obrigamos os nossos adversários a mudar de ideia.’” (Mouffe, 2020, p. 610)

O neoliberalismo se estabeleceu de forma hegemônica na Inglaterra e o consenso de centro passou a prevalecer, as divergências políticas entre esquerda e direita haviam sido eliminadas. A política que passou a se implementar nos anos 1990 foi, então, uma “forma tecnocrática de política de acordo com a qual a política não seria mais um confronto partidário, mas a administração neutra dos negócios.” (Mouffe, 2020, p. 23)

Isso acabou gerando um desinteresse crescente dos cidadãos pela política, pois ela parecia não mais fazer diferença (fosse um governo de direita ou esquerda, seria muito parecido, as margens de escolha da gestão política possível se estabeleceram como muito limitadas) e porque a política parecia ser algo a ser realizado somente por especialistas, com inserção e compreensão dessas determinações econômicas. Esse contexto é chamado por Chantal Mouffe (2020, p. 23-24) de pós-política:

A globalização neoliberal foi vista como um destino que tínhamos de aceitar, e as questões políticas foram reduzidas a meras questões técnicas, com as quais os especialistas lidariam. Não se deixou espaço para que os cidadãos tivessem a verdadeira possibilidade de escolha entre diferentes projetos políticos, e seu papel limitou-se a aprovar as políticas ‘racionais’ elaboradas pelos especialistas.

Implementado na Inglaterra e também nos Estados Unidos com a eleição de Ronald Reagan, o receituário neoliberal se disseminou pelo mundo, por meio das ideias defendidas principalmente pelos economistas (seus porta-vozes), pressões dos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria, mas principalmente pela adoção dessas políticas por instituições econômicas internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A receita era “o controle a inflação e a solidez das finanças públicas (em vez do pleno emprego e das proteções sociais) como objetivos primordiais da política econômica.” (Harvey, 2012, p. 102) As medidas que inicialmente foram um experimento um tanto caótico converteram-se em uma nova ortodoxia com o Consenso de Washington de 1990.

A Inglaterra serve de metáfora para compreendermos um processo que se manifestou nos vários países do mundo, de formas distintas, mas com algumas

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



27 a 29 de maio de 2024

características semelhantes e que hoje se manifesta de forma mais ampla no que diversos autores identificam como a crise da democracia liberal.

O que eu quero mostrar, resgatando o caso da implementação do neoliberalismo na Inglaterra, é que a crise das democracias liberais tem raízes mais profundas no neoliberalismo.

Como pudemos ver com Thatcher o grande mote do neoliberalismo é destruir tudo que é coletivo e reduzir a democracia aos marcos dos direitos de propriedade e direito de votar. Ocorre uma despolitização da esfera pública e da vida social que desqualifica a participação das pessoas na vida política – participar da política se reduz ao voto e, ainda, com poucas expectativas sobre o impacto das escolhas em algum tipo de mudança, tendo em vista que as possibilidades da política estão limitadas e constrangidas pelos ditames econômicos:

La racionalidad neoliberal acentúa el individualismo y convierte a las/los ciudadanos en consumidoras/es y empresarias/os de su sobrevivencia económica. Esos efectos convierten a la dimensión política de la vida en común una dimensión secundaria, producen indiferencia. Y, al reducir el Estado a una función de gestión, facilitan y legitiman formas de ejercicios de poder político que son inaceptables en condiciones plenamente democráticas (Corrêa, Parker, 2020, p. 6).

A autora norte-americana Wendy Brown (2006, 2019) busca traçar como a implementação da racionalidade neoliberal se apoia ou converge para o neoconservadorismo que ganha cada vez mais força nos Estados Unidos. Ainda que neoliberalismo e neoconservadorismo possam ser duas lógicas aparentemente divergentes, uma valorizaria a liberdade, enquanto outro a tradição e a autoridade, o que a implementação de políticas neoliberais demonstra, como no caso da Inglaterra, é o apoio mútuo das duas racionalidades. Ao menos tempo que defendia a privatização, Thatcher defendia a família por exemplo. O que ocorre é uma expansão do econômico em detrimento do social, do privado em detrimento do público e também uma expansão da esfera pessoal protegida, ou seja, uma expansão do papel da família. “[...] a família é considerada o único laço social duradouro e o suporte a buscar à medida que a política neoliberal retira outros apoios e restringe a ideia – e a possibilidade prática – de solidariedade.” (Biroli, 2020, p. 152)

Essas duas dinâmicas, neoliberalismo e neoconservadorismo, se afirmam mutuamente: como há restrição do papel social do Estado, das políticas de proteção social, as responsabilidades pelo trabalho de cuidado e proteção voltam-se integralmente para as famílias, principalmente para as mulheres. Nesse contexto, o discurso neoconservador contribui para afirmar os papéis tradicionais de gênero e para a expansão da esfera privada.

Nos Estados Unidos, segundo Wendy Brown (2006), não há uma unificação ideológica que caracteriza esse neoconservadorismo, mas uma união de interesses de diferentes grupos como cristãos evangélicos, nostálgicos da guerra fria, moralistas da família, imperialistas e liberais convertidos. Em termos gerais defendem um Estado forte (que

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



corresponde a um Estado moralizado interna e externamente – são contrários a noção liberal de não intervenção do Estado na moralidade e defendem que o Estado deve se orientar e a todos sobre moral e religião), defendem valores da família (com modelos de mulher dedicada ao lar e homens viris), patriotismo e políticas expansionistas.

Em sua análise, Brown (2006, 2019) enfatiza o caráter antidemocrático do fundamentalismo cristão norte-americano: o pertencimento religioso a uma comunidade se baseia em uma combinação de crença, submissão e fidelidade. Assim, não há espaço para questionamentos, para deliberação, para divergência, aos fiéis cabe simplesmente aceitar as verdades reveladas por Deus. Essa relação transposta para a esfera da política é antidemocrática e antiintelectual, pois desvaloriza os fatos, a autonomia deliberativa e a deliberação em si mesma; não há como contrapor argumentos racionais ou demonstrações científicas, pois o posicionamento dos neoconservadores está baseado na fé, na verdade auto revelada.

Mas e como esse processo se dá no Brasil? Podemos traçar paralelos entre o que explicar Wendy Brown sobre os EUA e sobre o Brasil? Também elegemos um Brasil um líder populista de direita que se apresenta, muitas vezes, como mandatário da verdade revelada por Deus. Entre Trump e Bolsonaro não faltam pontos de semelhança.

Apesar disso, quando buscamos compreender como esse processo se dá na América Latina, e no Brasil, precisamos estar atentos para nossas características regionais em comparação com os países centrais: “la arquitectura institucional y solidez de las democracias y también de las características contextuales de la politización de lo religioso.” (Corrêa, Parker, 2020, p. 8)

Primeiramente nossa democracia é jovem, com pouco mais de trinta anos desde a CF/88, ainda temos um “legado profundo de autoritarismo social e institucional que la adopción de nuevas constituciones y marcos normativos sólidos de derechos humanos no transformó por completo.” (Corrêa, Parker, 2020, p. 8) Os sintomas mais evidentes desse autoritarismo são o machismo, a misoginia e o racismo impregnados nas nossas instituições sociais, mas também a presença dos militares na política – algo inimaginável nos países centrais – e a violência das instituições no tratamento das pessoas mais pobres.

Temos também problemas com uma tradição de indiferenciação entre público e privado, com distorções no sistema político (como no caso do Brasil em que o financiamento privado de pessoas jurídicas foi proibido, mas que as pessoas físicas podem doar 10% do rendimento bruto anual, sem nenhum teto, o que gera um financiamento favorecido aos mais ricos) que possibilitam clientelismo, populismo e corrupção.

Além disso, quando falamos da implementação de políticas neoliberais que se afirmam contra o Estado de bem-estar social, não podemos nos esquecer de que ele nunca foi uma realidade no Brasil. Começou a se implementar com a Constituição de 1988, mas

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



27 a 29 de maio de 2024

ainda está muito longe de ser uma realidade para a maioria da população: temos altos índices de desigualdades de raça, classe e gênero. Por isso, quando tratamos de um empreendedorismo de si como característica da subjetividade neoliberal, precisamos lembrar que para grande parcela da população brasileira o “trabalho por conta”, altamente precarizado, foi muitas vezes a única estratégia possível de sobrevivência.

Como afirmam Sonia Corrêa e Richard Parker (2020, p. 8): “Quizás aún más relevante sea el hecho de que la propagación del evangelismo pentecostal en los últimos 30 años se dio precisamente en los estratos sociales más pobres y sin protección estatal, quienes estuvieron siempre muy vulnerables a la influencia y tutela de las instituciones religiosas.”

Para a Professora Flávia Biroli (2020, p. 152-153)

Embora seja importante ter em mente seus diversos contextos sociais e culturais, é inegável que as igrejas pentecostais latino-americanas e sua teologia sofreram influência significativa do cristianismo evangélico dos Estados Unidos. Sua agenda moral, tanto quanto sua “teologia da prosperidade”, pode ser conectada a uma rede mais ampla. [...] Em contextos de pobreza e violência, os pentecostais latino-americanos conseguiram definir os valores cristãos de uma maneira que conecta mérito, sucesso econômico e moralidade.

Essa agenda moral se reflete especialmente na agenda de gênero: a “ideologia de gênero” – um termo cunhado nos anos 1990 e incorporado a um documento da Igreja Católica em 1998 – se tornou na última década “uma estratégia de grupos conservadores para coibir debates, pesquisas, legislações e políticas públicas que ameacem as desigualdades de gênero e a violência ou promovam direitos para a população LGBTQI” (Biroli, 2020, p. 154). Essas estratégias de atuação incluem desde protestos de rua, até a eleição de políticos nas diferentes esferas de governo, propostas de projetos de lei, lobbies no Congresso Nacional, elaboração de políticas públicas, lobbies junto a órgãos públicos como Defensoria, Ministério Público e até Judiciário.

O que sustentam essas reivindicações é uma concepção específica de família, de autoridade paterna e dos papéis de homens e mulheres. Os neoconservadores demandam um restabelecimento das fronteiras entre autoridade estatal e familiar, bem como das hierarquias intrafamiliares. Opõe-se à educação sexual, união de pessoas do mesmo sexo, adoção por casais do mesmo sexo e a constituição de famílias que se enquadrem no padrão aceito pela religião cristã. Nessa batalha, os neoconservadores demandam a expansão da esfera pessoal protegida em detrimento da política como espaço de pluralidade e de promoção de agendas de igualdade e justiça social (Biroli, 2020, p. 163).

A esfera pública vai sendo corroída por posturas não democráticas, que querem impor uma cosmovisão de mundo, determinadas hierarquias entre os gêneros, uma concepção única de família.

Diante desse avanço, podemos nos perguntar, como fica a democracia?

Muito provavelmente, o consenso entre os grupos cristãos e ateus, agnósticos ou simplesmente liberais que acreditam que não é papel do Estado se imiscuir nas liberdades

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE



27 a 29 de maio de 2024

individuais de cada um, no que diz respeito à sexualidade principalmente, o consenso é uma impossibilidade. No entanto, a política é justamente conflituosa, ela é o lugar do conflito, se caracteriza, em uma sociedade plural, pelas divergências nas visões de mundo. Essas divergências devem ser encaradas como agonismo, como defende Chantal Mouffe e não como antagonismo (cf. Heinen, Laurindo, 2022). No antagonismo, não existem mais adversários na política, mas inimigos que devem ser eliminados.

A política no Brasil tem se tornado cada vez mais antagonista e os adversários tratados como inimigos. De certa forma, os neoconservadores se veem em uma cruzada de moralização da vida pública, com isso querem eliminar todos aqueles que não concordam com sua visão de mundo. É justamente nesse momento que a atuação contramajoritária da Corte Constitucional deverá se manifestar: seu papel contramajoritário visa assegurar que as maiorias não violem os direitos fundamentais de uma minoria. Sem dúvidas, a Corte Constitucional será chamada a se pronunciar sobre esses temas nos próximos anos, o que se espera, para a preservação da democracia, é que o Supremo Tribunal Federal não se curve à voz das ruas e das multidões, mas que seja efetivamente guardião da Constituição e dos direitos fundamentais das minorias, em especial mulheres e a comunidade LGBTQI, principais alvos dos neoconservadores.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia, VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, No. 6 (Dec., 2006), pp. 690-714.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia Filosófica, 2019.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. In: CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero en américa latina: Brasil – ¿La Catástrofe Perfecta?**. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), ABIA – Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020. Disponível em: [Ebook-Brasil 20200204.pdf \(sxpolitics.org\)](https://www.sxpolitics.org/Ebook-Brasil20200204.pdf)

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

RENOSTRO HEINEN, L.; MANGILI LAURINDO, M. Nem Contra Nem A Favor De Carl Schmitt: A Proposta De Democracia Agonística De Chantal Mouffe. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP, Franca**, v. 26, n. 44, 2023. DOI: 10.22171/rej.v26i44.3525. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/3525>. Acesso em: 9 jun. 2024.